



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL Nº 16/IX-1º/2005

(Moção sobre Orçamento de Estado para 2006)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Segunda Reunião da Sessão Extraordinária realizada no dia 17 de Novembro de 2005, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção:

MOÇÃO

Quando, nas últimas legislativas, os portugueses optaram por uma mudança do cenário político, fizeram-no a partir da constatação do fracasso de uma política. O PS tem hoje uma maioria absoluta porque prometeu na campanha uma mudança das políticas, uma aposta no emprego, no crescimento, na inovação e uma nova geração de políticas sociais. O debate sobre o orçamento é, sem dúvida, um momento de clarificação no que diz respeito às escolhas da nova maioria e do novo governo.

E é de escolhas que realmente se trata. A ideia de que este é o único orçamento possível é uma fraude política. O que determina a política fiscal, as formas de redução da despesa, as apostas no investimento, a distribuição dos sacrifícios, tudo o que dá forma a este orçamento, são as escolhas políticas que este governo entendeu fazer.

Recua nas prioridades a que o próprio PS se tinha proposto. Retoma a política dos cortes cegos na despesa e no investimento, adia mais uma vez uma reforma fiscal corajosa, desiste de uma aposta decidida na reconversão do padrão de desenvolvimento e na valorização das competências. O crescimento e combate ao défice precisavam de uma estratégia mais inteligente. O PS preferiu cavalgar o equívoco da política que mergulhou o país na crise actual.

Os privilegiados, para o PS, são os pensionistas que continuam a aguardar a convergência das suas pensões com o salário mínimo nacional, um imperativo de justiça social.



EDITAL Nº 16

Os privilegiados, para o PS, são os trabalhadores da função pública, cujos salários reais diminuem há oito anos consecutivos. As intenções do governo para este sector são obscuras e rodeadas de uma enorme confusão ao nível da técnica orçamental. Mas deixam antever uma ainda maior degradação das condições de vida de um dos sectores mais importantes para a dinamização da nossa economia. E também de todos os outros sectores, pois o valor do aumento na função pública serve de referencial para todo o sector privado.

Os privilegiados, para o PS, são os desempregados. O mesmo governo que espera e fomenta um desemprego ainda maior, condena agora as suas vítimas à humilhação de um recolher obrigatório. Além disso, o governo agrava os procedimentos que visam transferir para os desempregados o ónus do falhanço ou ausência das políticas de emprego.

Os privilegiados, para o PS, são os contribuintes que já cumprem as suas obrigações e sobre os quais continua a incidir a grande fatia do aumento da receita fiscal.

Para todos os que o PS elegeu como privilegiados, estes são, de facto, tempos muito difíceis. Mas não são difíceis para todos.

Os dados relativos ao terceiro trimestre de 2005 mostram que os lucros da banca privada crescem a um ritmo que varia entre os 15,2% e os 31,2%, tendo os quatro maiores grupos financeiros privados totalizado mais de 1052 milhões de euros de lucros só neste trimestre. Um lucro líquido superior a 116 milhões de euros por mês.

Aqui não chegou a austeridade, não chegou o rigor. Não chegou sequer o cumprimento da lei. O combate aos privilégios não chega ao combate à evasão e fraudes fiscais em sede do IRC. A vergonha seguirá o seu caminho sem que este governo lhe destine uma pequena parcela do zelo que dedica a outras áreas. O PS prometeu o levantamento do segredo bancário. Este governo recuou na promessa, mesmo sabendo que uma pequena parcela da verba que é anualmente subtraída ao estado, estimada em 7% do PIB, bastaria para resolver os nossos problemas de défice.

Mas não hesita em levantar o segredo bancário no que respeita às prestações sociais e apoios aos mais pobres. Veja-se o caso dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e dos



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3

EDITAL Nº 16

pensionistas para o acesso a bonificações nos medicamentos. O Governo configura assim, também neste aspecto, a desigualdade entre ricos e pobres.

O PS consegue ultrapassar a direita na corrida às privatizações. A proclamada transparência do orçamento não chega ao ponto de permitir à Assembleia da República saber a lista completa das empresas que se planeia privatizar. No entanto, vai sendo reconhecido que o plano de privatizações passa pelo desaparecimento do estado no sector energético.

O padrão de investimento mantém-se inalterável e totalmente desprovido de qualquer visão estratégica para um modelo de desenvolvimento. Com mais de 40% do PIDDAC para as obras públicas, as prioridades deste governo não podiam estar mais distantes das necessidades de modernização da nossa economia.

A Assembleia Municipal de Almada condena um orçamento que deixa cair os mais desprotegidos, que desiste do combate aos verdadeiros privilégios e não muda as políticas que os seus autores condenavam.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 18 de Novembro de 2005

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)